

# 39º Encontro Anual da Anpocs

MR 22 Drogas, atores e sociedade: os efeitos  
das interações e das políticas

*Tráfico de drogas e gestão da violência em periferias de  
São Paulo*

Paulo Artur Malvasi

# Tráfico de drogas e gestão da violência nas periferias de São Paulo

Paulo Artur Malvasi, CEBRAP

## INTRODUÇÃO

A afirmação de que o comércio varejista de substâncias psicoativas ilegais – comumente chamado de “tráfico de drogas” - é o principal motor da violência nas cidades brasileiras tornou-se um senso comum, repetido em conversas cotidianas, em bares, pontos de ônibus, salas residenciais. Os homicídios são associados ao tráfico quase de maneira imediata; a associação tráfico de drogas/homicídios aparece como um encadeamento causal e (pretensamente) lógico das raízes da violência urbana. O manejo dos dados epidemiológicos corrobora com o senso comum ao anunciarem duas interpretações principais sobre os homicídios: (1) “homens jovens, negros e pobres são as principais vítimas e os principais agressores em relação à violência comunitária”; (2) “além dos determinantes socioculturais, a violência no Brasil está associada ao uso indevido de álcool e às drogas ilícitas” (Reichenheim et al 2011, p.77). Segundo estes estudos, o tráfico de drogas se configuraria em um dos campos de maior incidência de violência entre e sobre os jovens. A participação de jovens em atividades relacionadas ao narcotráfico potencializaria e tornaria mais complexo o repertório das ações violentas por conta das disputas entre grupos criminosos pelos pontos de comercialização.

Quando iniciei pesquisa de campo em contextos de comércio de drogas em varejões das periferias, em 2009, tinha indícios de que as teses gerais sobre a associação violência e tráfico não correspondiam à realidade de São Paulo. Em minha experiência profissional difusa nos anos que antecederam a pesquisa, observava a diminuição dos homicídios nos bairros que frequentava. Naqueles anos (2006, 2007, 2008), embora o varejo das drogas continuasse a crescer nos bairros de periferia de São Paulo e a empregar muitos jovens, o número de homicídios caía substancialmente. Àquela época questionava: “se o *comércio de drogas* não parece arrefecer em seu potencial mercadológico e de geração de renda para jovens, é possível pensar que os homicídios diminuam também no interior das atividades do tráfico”?

Este paper sintetiza as principais interpretações presentes na tese “Interfaces da Vida Loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência” (Malvasi, 2012),

defendida em 2012. Nesta, procurei reconstituir agenciamentos presentes na vida cotidiana de jovens que se relacionam (direta ou indiretamente) com o tráfico de drogas. Descobri determinados padrões da relação entre instituições públicas, mercado das drogas e bairros da periferia de São Paulo que desconstruem as teses dominantes sobre violência e tráfico de drogas e revelam os mecanismos que tornaram possível a diminuição drástica dos homicídios nas atividades do tráfico.

A análise presente na tese se construiu em torno de três eixos analíticos que estiveram presentes e interrelacionados no transcorrer de todo texto etnográfico, que serão apresentados no transcorrer deste texto. A saber: (1) a capilarização do *dispositivo das drogas nas quebradas* – o modo pelo qual o *dispositivo* se projeta na vida cotidiana dos jovens, situando uma multiplicidade de teorias e práticas, que delineiam um diagrama de interações entre os jovens das periferias, permeados pela expansão do “marco discursivo do crime” (Feltran 2008), e entre estes e os aparatos de repressão, assistência, atenção governamentais; (2) o desenrolar de *disputas biopolíticas* – conflitos entre o *crime* e as forças de segurança-assistência-atenção, frente ao qual alguns jovens resistem com veículos linguísticos e práticas, que compõem o conjunto de modos de regulação, técnicas, táticas que elegeram a vida como cerne da ação política nos contextos estudados; (3) a constituição de um *domínio do mental* – *zona de contato* entre teorias e práticas sobre a vida humana que elegem considerações sobre a *mente*.

## ***O DISPOSITIVO DAS DROGAS NAS QUEBRADAS***

A tese partiu do pressuposto teórico-metodológico de que o “problema das drogas” se constitui em um *dispositivo das drogas* – um problema de repressão e incitação das dinâmicas de consumo e de comércio de drogas, e também de intervenções estatais. Uma economia política que mais do que apenas coibir, classifica e difunde (Foucault 2001); um conjunto heterogêneo (e não um objeto homogêneo) que estabelece as relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos, práticas; um “conjunto multilinear”, que segue direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze 1999). O *dispositivo das drogas* se inscreve em complexas relações de poder. No conjunto da narrativa etnográfica, descrevi uma variedade de discursos, forças em movimento, sujeitos em determinadas posições em relação ao “problema das drogas”.

Ao não repetirem a fórmula “como resolver o problema das drogas”, meus principais interlocutores me inspiraram a orientar a pesquisa para a descrição e a análise de como um conjunto de dinâmicas constituídas em torno do “problema das drogas” – repressão ao tráfico, sociabilidade juvenil e consumo de drogas, diagnósticos sobre “vulnerabilidades” (social, juvenil, pessoal, a lista se multiplica, “interdisciplinar”), gestão cotidiana do tráfico pelo modelo empresarial do “crime” – compõem um regime de relações; ao acompanhar tais dinâmicas encontrei no “problema das drogas” a ampliação e a diversificação da própria influência do tráfico e das políticas voltadas ao seu combate nos territórios estudados. Observei, primeiramente, o *dispositivo das drogas* nas relações geracionais entre jovens moradores das *quebradas* etnografadas; e, em seguida, nas dinâmicas acionadas pela intervenção do sistema socioeducativo na vida do bairro, particularmente nas vidas dos adolescentes e no ambiente do tráfico.

Baseado nas fontes da etnografia argumentei que, diferentemente do debate público sobre a “questão das drogas”, norteado por uma visão fatalista, moral e totalizante, meus principais interlocutores tinham uma visão do tráfico e do consumo de drogas como um universo diversificado. As drogas fazem parte de um universo de sociabilidade marcado por prazer, transgressão, reciprocidades que não se restringem àqueles que trabalham no tráfico. Nos territórios estudados, os jovens se socializam em contato com o comércio de drogas realizado por vizinhos, amigos e parentes. O tráfico de drogas, parte da economia global, chega aos territórios como um importante componente da economia local. O comércio varejista de drogas é dinâmico, fluido e fragmentado, marcado por um modelo de gestão neoliberal dos negócios, comum aos terrenos mercantis e empresariais da contemporaneidade.

O tráfico inclui-se, portanto, em um circuito de serviços em que o modelo de gestão financeira dos negócios está centrado na busca de maior lucratividade. Ele se torna uma atraente possibilidade dada à “viração”, um mercado de fácil acesso, uma estrutura de oportunidades ilegais efervescente; um mercado que aceita os jovens de acordo com a especialização e características pessoais; o tráfico é um dos empregos mais acessíveis para jovens com pouca formação escolar. Argumentei que estes jovens inserem-se em um mercado de trabalho precário, para o qual eles devem se flexibilizar a ponto de assumirem os riscos da empresa do tráfico.

Argumentei ainda que trabalhar no tráfico é, além de uma atividade laboral, um *modo de vida* compartilhado. Para além de simples atividade laboral, o tráfico se

constitui em uma atividade produtiva em consonância com tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo. O *dispositivo das drogas* está no ambiente do comércio de drogas; as atividades do tráfico geram formas específicas de ocupação das ruas e de relações sociais com pessoas de “dentro” e de “fora” da *quebrada*, tornando-se, para essa geração, um elemento importante das relações comunitárias. Nos contextos em que realizei a pesquisa de campo, participar do tráfico local é participar de uma turma, com suas músicas, festas, adereços, *máquinas* (carros, motocicletas, celulares). De um lado, se o *dispositivo das drogas* aciona a cadeia de repressão e punição, por outro, o mesmo *dispositivo* incita a participação em comunidades desterritorializadas de consumidores de estilo.

As tramas disparadas pelo *dispositivo das drogas*, entretanto, extrapolam a “guerra às drogas”; elas são múltiplas e submetidas a mutações de governo. Nas falas e performances dos traficantes, a adrenalina, a atenção e vigília constantes, a grande circulação de dinheiro, as baladas e as festas, os equipamentos de comunicação, as substâncias, suas qualidades e valores e os códigos de comunicação são os principais componentes do tráfico para aqueles que dele se ocupam. Uma multiplicidade de agenciamentos é disparada ao se ingressar nos circuitos do tráfico. Os enunciados de meus interlocutores não encerram o “mundo das drogas” como um “mundo de patologias”, mas – antes – distribuem as posições diferenciais dos seus elementos, enfatizando aspectos múltiplos do cotidiano dos jovens.

Para os jovens traficantes, indo dos vendedores iniciantes no tráfico aos patrões que já possuem uma longa “*caminhada*”, trabalhar no tráfico não é uma adesão baseada simplesmente em critérios economicistas, mas sim um símbolo de importância moral, percebido ou imposto. Para além das hierarquias do tráfico e das consequências para o trabalhador, participar do tráfico é lido, de certo ponto de vista, como um “modelo inclusivo”, pelo qual os jovens obtêm bens de consumo e status simbólico – dinheiro, respeito, prazer, e uma lista ampliada de objetivos. Aqui há um importante nó do *dispositivo das drogas* a ser salientado: o fato de o tráfico ser um *modo de vida* para alguns jovens das *quebradas* indica a confluência da interiorização dos elementos simbólicos do “ser traficante” com a “reengenharia de produção neoliberal” da gestão do tráfico local. Eles devem ser “*empreendedores de si mesmos*”.

Procurei demonstrar, ainda, como o aumento vertiginoso de aplicações de *medidas socioeducativas* por tráfico (ocorrida nos últimos anos no Estado de São Paulo)

é sintomática de como o *dispositivo das drogas* amplia a temática “drogas” e as intervenções relacionadas. Argumentei que o aumento da repressão e sanção de *medidas socioeducativas* pelo *delito tráfico* engendra o fenômeno de expansão do “conflito juvenil com a lei”. O *dispositivo das drogas* aciona nas *quebradas* a política de repressão e punição: o proibicionismo e sua tática basilar – a “guerra às drogas”. A indistinção entre “mundo das drogas” e “mundo do crime” acaba por gerar o efeito inverso do esperado: alargam-se as fronteiras do *crime* e multiplicam-se as estratégias entre os moradores para lidar com as consequências da difusão do “problema das drogas”.

Os adolescentes “traficantes” são punidos independentemente de uma análise de periculosidade, da violência do crime, ou até mesmo das quantidades de drogas apreendidas. O *dispositivo das drogas* em sua vertente “guerra às drogas” efetiva-se, nos bairros estudados, como indeterminação entre as categorias *tráfico e consumo*. No discurso corrente no *socioeducativo*, a correspondência entre o “mundo das drogas” e o “mundo do crime” revelou-se como um limite à diversidade de relações que os meus interlocutores estabelecem. Nos territórios estudados, as fronteiras entre o “mundo das drogas” e o “mundo do crime” tornaram-se ambíguas. O “problema das drogas”, desta forma, se capilariza nos territórios, expandindo suas teias de ameaças, restrições e caracterizações dos jovens moradores das *quebradas*.

A gestão do *sistema socioeducativo* está baseada no impacto da ação sobre a *reincidência*, razão por que, a decisão judicial comumente alia a aplicação de duas punições – uma em meio fechado, outra em meio aberto. Tal impacto deve ser equacionado e, a partir de uma racionalidade de mercado, o cálculo deve orientar as políticas.

A confusão entre consumo e tráfico gerou, além do aumento das prisões, outra consequência: a ampliação do diagnóstico de “dependência” para uma significativa parte dos adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas*. Qualquer jovem que faça uso de alguma substância psicoativa ilegal (a grande maioria) coloca-se em uma zona tão escorregadia que, dependendo de suas experiências no transcorrer das medidas, o levará a sofrer o “enquadre” no rótulo de “drogado”. Não é por acaso que, nos programas que acompanhei, entre as várias estruturas estatais que compõem a “rede de proteção integral”, o serviço mais atuante nas parcerias com as entidades executoras das *medidas socioeducativas* em meio aberto são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs). A parceria estratégica da saúde mental com os programas de *atendimento socioeducativo*

reforça o enredamento da vida dos adolescentes como potencialmente vicioso. O “mundo das drogas” é genericamente tomado como um “mundo de patologias” que deve sofrer a *intervenção socioeducativa*. O mundo de patologias é combatido no indivíduo, particularmente na “*mente*” do indivíduo: o jovem deve mudar seus valores, seu estilo de vida, suas inclinações, ficar com a “cabeça boa”, não usar “drogas”.

Acontece que o conteúdo da normalidade psicológica esperada implica necessariamente abandonar a venda de substâncias psicoativas ilegais, como se este trabalho fosse em si um sintoma, um distúrbio de ordem psicológica e, somado ao uso de drogas, o diagnóstico “psicossocial” do adolescente destaca a desestrutura familiar. Os adolescentes assim capturados devem controlar a revolta e os desejos enquanto cumprem a *medida socioeducativa*, administrar a vida íntima e emocional fortalecendo os vínculos com a família, assumindo que não usarão mais “drogas”.

Durante o cumprimento das *medidas em meio aberto*, nas dinâmicas com seus pares geracionais os jovens revelam diferentes saberes sobre as drogas. O *dispositivo das drogas* mostra-se mais uma vez heterogêneo. Embora usem substâncias psicoativas, os jovens traficantes apresentam um sistema classificatório diverso das “teorias socioeducativas”. Nas teorias e práticas dos adolescentes, o *dispositivo das drogas* se complexificou, como um regime com derivações e mutações. Os jovens se posicionam com relação ao uso de drogas de modo a manifestar que diferenciam uso de abuso. O argumento usado por eles para explicar o uso controlado foi o próprio autocontrole. Disparados pelo *dispositivo das drogas*, conhecimentos científicos foram utilizados e ressignificados pelos jovens; assim também eles diferenciam os “componentes químicos”, efeitos, riscos de abuso. As abordagens sobre as “drogas”, então, não possuem contornos definitivos; conceitos e informações sobre as drogas circulam como cadeias de teorias relacionadas entre si.

O que chamei na tese de *interfaces da vida loka* é aquilo que se localiza nos meandros do *dispositivo das drogas* – o imponderável que se mescla nas fronteiras pelas quais as subjetividades afetam-se pelo *dispositivo* e sua trama de relações de poder; trama tecida nas *zonas de contato entre o crime, a quebrada e o socioeducativo*. A orientação de um dos meus principais interlocutores para minha inserção na pesquisa, performando e cantando o seguinte verso:

*“andar sempre ligado no movimento da área, não fale nada que te meta em parada errada, ficar sempre esperto no que acontece, quando um cagueta é marcado só em treta se mete, ser sangue bom, mano rocha, ter idéia quente, sempre tomar atitudes certas e conscientes, andar sempre maquinado é necessário, nunca se sabe o que te espera, esteja preparado, não ser malandro demais, entrar na paz, na sua, e mais um beck na mente essa é a lei das ruas”.*

*Estes versos* revelam uma multiplicidade das posições de um jovem da *periferia* na construção de sua subjetividade; em sua “fala”/“rap” anunciou alguns mecanismos e táticas, capilares e intersticiais, de que ele se utiliza e que se faziam necessários para quem quisesse chegar “mais perto”. Esta maneira de transpor a linha de forças que opõe trabalhadores do tráfico e instituições públicas (das polícias às universidades) é produção que compõe o que chamo de *dispositivo das drogas*. Não é por acaso que a última das *leis das ruas* seja “mais um beck na mente”. A maconha acaba por ocupar um lugar particular entre as psicoativas usadas por alguns de meus interlocutores: o de mediação da geração em seus modelos de reverberação do “dispositivo das drogas”. Nem a cocaína (vista como símbolo de poder e energia em situações específicas, mas potencial prejuízo ao trabalho, às relações familiares e ao “bolso”), nem as drogas sintéticas (“elitizadas”, usadas ainda por uma parte menor dos jovens), muito menos o *crack* (simbolicamente uma droga discriminada entre eles), consegue agregar tanta diversidade de jovens como a maconha. O uso da maconha, ao ser elencado entre a *lei das ruas* cantada está fincado no cotidiano de consumo de psicoativos dessa geração, tanto quanto uma “cervejinha”. O que marca diferença entre as duas é o fato de a maconha ser ilícita.

No imaginário moral há uma distinção entre certas drogas que fazem bem – aquelas prescritas pela terapêutica médica – e as drogas que fazem mal, aquelas proibidas em lei. A maconha “faz mal” do ponto de vista moralizante, legal e, sobretudo, mercadológico. Há debates acalorados sobre os efeitos no corpo biológico, mas o que predomina é o “consenso moral”: a maconha é uma “droga”, é ilícita e – por isso – “faz mal”. Para essa geração, porém, ela “já virou mato”, como dizem. Cada substância produz sensações, emoções, significados e lugares políticos diferentes. Elas se tornaram importantes elementos do jogo de alianças e distensões que ocorrem nas relações geracionais nas periferias de São Paulo.



O poder classificatório do *dispositivo das drogas* forma uma rede de inteligibilidade para elementos disparatados e heterogêneos de acontecimentos, fluxos e interações. A política proibicionista médico-jurídico-policial (com seus bordões “o trabalho no tráfico leva à morte” ou “a droga mata”) convive com inúmeros modos de regulação, teorias e práticas difundidas entre jovens moradores de periferias paulistas. Em síntese, o “problema das drogas” produz o próprio fortalecimento do fenômeno de difusão das drogas (legais e ilegais) como regime de relações e polaridades.

### **“BIOPOLÍTICAS”**

Nos contextos estudados, procurei identificar as formas de conhecimento, os regimes de autoridade e as práticas de intervenção de diferentes agentes sobre a vida dos jovens; adotando Foucault – meu principal provocador – propus discutir a crescente importância da vida nos mecanismos de poder. Analisei no conjunto do texto etnográfico os regimes, as práticas, as táticas que elegeram a vida como cerne da ação política. Um conjunto de processos descritos e analisados na tese se voltaram para a avaliação da vida: controles e autocontroles do uso de drogas; gestão do negócio das drogas, da violência física e da vida de adolescentes submetidos a *medidas socioeducativas*; interdição do homicídio; “acompanhamentos” psicológicos.

Os mecanismos de orientação das condutas dos jovens participantes do estudo se caracterizaram por técnicas e táticas variadas. Os principais *mecanismos de gestão que encontrei na pesquisa de campo foram*: a gestão do tráfico de drogas, por meio da tática sintonia do PCC e da técnica “debate”, expressões de governo *do crime*; a gestão das *medidas socioeducativas* e as técnicas de diagnóstico e intervenção psicossociais *do sistema*; a *lei das ruas* e o *dialeto da vida loka*, os modos de regulação da conduta entre jovens da *quebrada* – sejam eles do *crime* ou não. Tais *mecanismos biopolíticos* envolvidos nas relações entre os entes cortaram toda a análise desenvolvida no transcorrer do texto etnográfico.

Com relação à gestão no interior do tráfico, pude perceber que cada traficante, independentemente do seu lugar na hierarquia da *lojinha*, é um empreendedor – alguém que faz certo número de apostas, define uma série de comportamentos econômicos, estipula investimentos para incrementar seu capital pessoal dentro do negócio; uma expressão de um poder enformador da sociedade de inspiração neoliberal, “multiplicação

da forma empresa” no interior do corpo social (Foucault 2008a). Mecanismos econômicos que destacam os indivíduos e os submetem à imensa máquina do tráfico internacional de drogas. Os jovens traficantes veem-se em um modelo de gestão que enfatiza uma “reengenharia de produção”: com a “racionalização”, lidam com os prejuízos da “firma”, isto é, o equilíbrio financeiro do negócio baseado na precarização do trabalho e na insegurança dos trabalhadores. Ou os jovens trabalhadores “vestem a camisa” da “firma” ou fazem um movimento individual de mudança, um *empreendimento de si* a partir do capital pessoal de cada um no mercado – disputam um lugar de acordo com um processo de livre concorrência.

O trabalho no tráfico nos anos 2000 e 2010, em São Paulo, mostrou-se menos fatal aos jovens do que em épocas anteriores. A violência está posta como uma possibilidade – “ferramenta de trabalho” – mas já não é considerada a opção mais “inteligente” na quase totalidade dos casos. A noção de *inteligência* surgiu como um atributo dominante do ideal de “bandido”, com maior intensidade do que a idéia da “força bruta”, da “disposição para matar” (Zaluar 2004). Para grande parte dos meus interlocutores – do *crime* ou não – o “verme”, o “bandido” violento e desrespeitador das regras do *crime*, atrapalha os negócios e a vida comunitária. O negócio do tráfico, assim, participa da gestão das questões de vida e de morte que o *crime* dispara nas *quebradas*.

O fortalecimento do tráfico como negócio e o crescimento do *Primeiro Comando da Capital* (PCC) como força política na *quebrada* caminharam juntos. As *lojinhas* (nome atual dado aos pontos de venda de drogas, também chamado de *biqueiras*) se caracterizaram por serem uns dos principais lócus de difusão da sigla PCC – sigla que passou a sintetizar na fala dos jovens o processo de expansão do “marco discursivo do crime” (Feltran 2008). Sob um regime de relações entre “ladrões” de “igual para igual”, desferido pela *sintonia do PCC*, a afluência dos negócios do tráfico possui, entretanto, mecanismos políticos e comerciais de imposição daqueles que concentram a distribuição da mercadoria. A gestão de um mercado – o das “drogas” – e posições políticas do *crime* encontraram na *sintonia do PCC* seu ponto de sinergia. De modo geral, a palavra *sintonia* se apresentou em campo como a comunicação estendida da prisão à rua entre membros do PCC (os “irmãos”) – e entre eles e os outros aliados (os “primos”).

O telefone celular foi o principal artefato utilizado no processo de erosão da fronteira entre a prisão e o bairro – um dispositivo tecnológico que manteve os participantes do “jogo profundo” do tráfico permanentemente modelados, contaminados

ou controlados pela *sintonia do PCC*. A *sintonia* tornou possível a teorização e a prática política existentes no *comando*, “a ressonância de vontades, em suas mais variadas expressões, por corpos que, *juntos e misturados, correm lado-a-lado, estão em sintonia*” (Biondi 2010). O PCC expandiu-se, não se limitando aos membros da organização. Desta forma, o termo *sintonia*, mais do que indicar a posição de uma pessoa no crime local (versão dos representantes da política de segurança), foi usado em diversas outras situações que o relacionam menos com uma posição em um regime de forças interno ao PCC, e mais como expressão de condutas e procedimentos internos ao “mundo do crime” – e que por diversas formas de interação entre conviveres na mesma *quebrada* assim o extrapolam para as relações entre jovens.

A *sintonia do PCC* se fez presente por meio de uma técnica, o “debate”, cuja principal função foi deliberar sobre o controle da vida, ou melhor, interditar ou liberar o homicídio. A utilização da palavra nos “debates” como um mecanismo de se evitar a morte cria um sentido político da ação criminosa: a preservação da vida. O foco da gestão da violência do PCC está em táticas de poder em torno da gestão da vida dos presidiários. Ao serem transmitidas às ruas, as políticas do PCC – “paz entre os ladrões” e “luta contra o sistema” – são incorporadas e adaptadas aos contextos específicos. A eleição da gestão da vida como epicentro da prática política do PCC, implica também uma diminuição dos riscos econômicos do varejo das drogas. Entretanto, evitar os riscos econômicos do negócio não é o único motivo para a interdição do homicídio. Ao incorporar *a vida* em seu discurso, o PCC ressignificou o *crime*, deslocando para sua alçada um campo de força ordinariamente vinculado ao Estado. Nos bairros etnografados, o *crime*, via a marca PCC, tornou-se mais um movimento a incorporar a vida como um valor. A *sintonia* entre a prisão e a rua transcende os assuntos relativos aos negócios ilícitos; ao propor a “*união do crime*” e a “*paz entre os ladrões*” a *sintonia* do PCC se relaciona às expectativas e aos anseios de moradores de bairros onde há grande concentração de presidiários (e ex-presidiários). A *sintonia* comunica os *procederes* que devem guiar a conduta daqueles que *se* identificam como “do *crime*”, mas estes *procederes* devem estar em consonância com os ideais e os interesses da *quebrada*.

Apreendidos no *dispositivo das drogas*, lidando com diversos *mecanismos biopolíticos* presentes na guerra entre o *crime* e as forças de segurança, os jovens das *quebradas* resistem à anulação do humano, ao enredamento das suas vidas no confronto entre “biopoderes”. Se de um lado o *crime* elegeu a vida como centro de sua ação

política, na ação estatal, por outro, a vida humana está no cerne do movimento de criação de sistemas de gestão das áreas sociais do Estado brasileiro; tal movimento engendrou um aparato de tecnologias sociais, um sistema político-estatal, direcionado ao “adolescente em conflito com a lei”, baseado em sua caracterização como “vulnerável” e – mesmo tempo – potencialmente perigoso para a sociedade: o *sistema socioeducativo*.

O *atendimento socioeducativo* é responsável pela *gestão* do controle sobre os adolescentes para que eles não *reincidam*. O *modus operandi* do *socioeducativo* se volta para uma ação paradoxal: as *medidas socioeducativas* devem simultaneamente controlar “comportamentos de risco” e cuidar de “estados vulneráveis”. As técnicas do *atendimento socioeducativo* se voltam às orientações para uma vida “saudável”. No *sistema socioeducativo*, um jovem traficante deve reconhecer sua própria situação de “vulnerabilidade” e deve aceitar mudar seu estilo de vida para ser incluído; ele deve se mostrar saudável biológica, subjetiva e socialmente, ou seja, uma inteira sujeição a uma determinada visão de “vida saudável”. Deve para tanto distanciar-se das condições e dos comportamentos normativamente eleitos como de “vulnerabilidade”. Entretanto, ser estigmatizado por receber *medidas socioeducativas*, torna difícil a relação do jovem com a escola, e ainda mais difícil a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A ação das polícias tende a se intensificar após a internação, tornando o adolescente mais facilmente identificado como suspeito. Traumas, feridas e dores mencionados pelos adolescentes foram, em grande medida, consequências da ação de entes governamentais. A efetividade do *sistema socioeducativo* na vida dos adolescentes agrava suas “vulnerabilidades”.

A aplicação de *medidas socioeducativas* (com frequência conjugadas à de internação e depois às medidas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) delinea um complexo campo de poder sobre a vida dos adolescentes. A gestão das *medidas* é marcada por dispositivos de controle cada vez mais apertados e intrusivos. Os procedimentos, técnicas e táticas do *socioeducativo* revelam uma racionalidade governamental capaz de espalhar o controle de forma tão capilar a ponto de atingir a moradia, o núcleo familiar do adolescente.

As diversas (re)ações dos jovens que sofrem as medidas *desenham* a incorporação dos saberes e dos poderes que atuam em suas vidas cotidianas. Entre o *crime* e o

*socioeducativo*, os jovens que sofrem *medidas socioeducativas* vivenciam um dilema: realizar os trabalhos enfadonhos e mal remunerados – disponíveis para os jovens como eles – ou continuar ganhando o dinheiro e consumindo os bens que o trabalho no tráfico lhes proporciona. No limite, trata-se de uma escolha econômica. A “socioeducação” deve ser capaz de suprimir o comportamento “desviante” do indivíduo: no caso dos adolescentes que trabalham no tráfico de drogas, a finalidade da *ação socioeducativa* é mudar o comportamento em seu componente econômico – a atividade de vender drogas. Tal visão do jovem como alguém que deve explorar individualmente os riscos, as perdas e as benesses de suas escolhas constitui uma zona de confluência entre dois discursos: o do *socioeducativo* e o do *crime*.

O *modus operandi* do *sistema socioeducativo* constitui uma abordagem instrumentalizada, tanto do ambiente (contextos de vulnerabilidade) quanto de indivíduos (comportamentos delinquentes), como uma soma de fatores diversos acessíveis à análise dos especialistas (técnicos da área psicossocial). Da forte influência da teoria de Winnicott, a análises inspiradas na psicologia comportamental, passando pelos diagnósticos de “transtorno de conduta”, os saberes *psi* são usados para delinear perfis normativos que situam, em primeiro lugar, a adolescência como uma fase naturalmente “vulnerável”; em segundo lugar, os adolescentes com determinada experiência familiar e comunitária, sobretudo os moradores de bairros considerados “vulneráveis”, como sendo potencialmente perigosos pelo seu próprio contexto de vida; e, em terceiro lugar, o próprio comportamento analisado no contexto de execução das *medidas socioeducativas* como determinante de um “transtorno de conduta”. Sob o regime de um “biopoder” do *sistema socioeducativo*, os adolescentes “infratores” estão submetidos a uma racionalidade normativa – tecnologias que servem para isolar anomalias e normatizá-las através de procedimentos corretivos e terapêuticos.

A resposta do *sistema socioeducativo* não é compreender a subjetividade dos adolescentes, mas antes buscar decifrar o perfil do criminoso preenchendo o vazio entre o físico (o corpo ou psicossoma) e o subjetivo com conteúdos psicológicos pré-determinados e fortemente marcados por características ambientais (meio familiar de origem, bairro, grupos de referência). O que importa é o resultado, isto é, a *não-reincidência*.

Examinar a gestão cotidiana da vida dos adolescentes é realizar um estudo do Estado desde as suas margens (Das e Poole 2008). Nesse sentido, argumentei que os adolescentes entram nos cálculos do poder e, a partir de seu comportamento econômico (vendedor de substâncias psicoativas ilegais), passam a ser governamentalizáveis (Foucault 2008a). O Estado constrói, assim, desde a *margem*, a marca de distinção entre jovens aptos a voltarem ao convívio social e jovens *reincidentes*. A gestão do *sistema* se volta ao cálculo para a gestão de riscos: impedir situações em que o adolescente tenha autonomia para agir e *reincidir* no ato infracional. O aumento vertiginoso de internações por tráfico pode ser considerado uma “punição preventiva” levada a cabo pelo *sistema socioeducativo*.

Nesse sentido a noção de “vulnerabilidade” é também um dispositivo que permite a passagem do ambiente (considerado “vulnerável”) para o comportamento. O campo das *medidas socioeducativas* se constitui em modos de *objetificação* do sujeito que combinam a mediação de disciplinas científicas (como a epidemiologia, a psicologia e a psiquiatria) e a prática de exclusão, geralmente num sentido espacial (confinamento ou segregação). A *não-reincidência* é hoje o indicador de sucesso mais perseguido pela *ação socioeducativa*. O objetivo, então, é chegar a alguma forma de *saber-poder*, a alguma tecnologia política que garanta o controle mesmo quando o jovem não está mais em cumprimento da medida, demonstrando a eficiência do *sistema* por meio das estatísticas de *reincidência*.

O resultado da iteração entre os jovens e os profissionais do atendimento socioeducativo se constituiu naquilo que denominei de “choque de mentes”. Nos raps, diálogos, cartas, em suma, nos documentos coletados na etnografia, a noção de *vida loka* remete a um conjunto de interpretações sobre a vida a partir da perspectiva de um jovem da *quebrada*. Para o jovem morador das quebradas a *vida loka* é a condição que marca um campo de possibilidades em sua vida – o desemprego, a prisão, a morte, assim como o aumento da renda, a liberdade e o bem-estar. Estar ou não no *crime* não é garantia de que, no jogo da vida, qualquer das possibilidades dadas ao vivente possa ocorrer. No *modus operandi* do *socioeducativo*, por sua vez, toda diversidade da linguagem, estilo e posição dos jovens das *quebradas* é facilmente caracterizada como *influência do crime*.

A vida humana tornou-se o principal termo da disputa em que o *crime* se emparelha ao Estado. Mas a vida também compõe a gramática que torna possível a construção de pontes simbólicas e existenciais entre jovens que não querem ceder a um

nem a outro dos lados do “muro” da “guerra particular” entre as forças de repressão e o chamado “crime-organizado”. Em minha interpretação, a leitura *da vida* realizada pelos meus interlocutores está longe da visão normativa da área de saúde em sua leitura elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que ela é definida como o “completo bem-estar físico, emocional e social”. Ela está mais de acordo com a perspectiva apresentada por Canguilhem (2010): a vida tida como uma inteligência engenhosa e flexível do mundo, e a razão (mente/consciência) um mecanismo do vivente que deve se adaptar a um ambiente e agir usando conceitos e instrumentos que estão disponíveis para ele.

Para lidar com uma *vida loka* é necessário “*ter uma mente*”. Eu parti, assim, da premissa de que não é possível compreender a vida fora do contexto em que ela se desenrola; para utilizar uma expressão nativa, não é possível compreender a vida dos meus interlocutores fora de “aquilo” que chamam de “*caminhada*”. Lidando com as “*caminhadas*” de meus interlocutores, não as considerei como histórias pessoais mas, antes, seguindo uma analítica do poder foucaultiana, tomei as “*caminhadas*” a partir da perspectiva do “governo” (Foucault 2008b): a relação de meus interlocutores consigo e com os outros foram vistas por mim como objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados (*quebrada, crime, socioeducativo*), que moldaram as formas de compreender e viver a existência em nome de certos objetivos – inteligência, sucesso, comportamento correto, superação. O que denominei *domínio do mental* foi a encruzilhada que encontrei nas dobraduras do tráfico de drogas.

## **O DOMÍNIO DO MENTAL E A DISPUTA DO HUMANO**

A “mente humana” tem sido objeto de investigações de diversos campos científicos, da biologia à psicologia cognitiva, da sociobiologia às neurociências – campos de estudos admitidos como capazes de executar experimentos em laboratórios, e habilitados a promover tanto o desenvolvimento de instrumentos, quanto o de testes e o de drogas – uma possível “droga chave” para definir e explicar de forma objetiva a “natureza humana” e, talvez, a partir daí, exercer o seu controle. Segundo determinada

visão normativa da vida, não intervir sobre os “incapacitados” ou “anormais” pode ser um perigo para a “saúde coletiva”. Dessa forma, esse tipo de controle de base “psicologizante” tem sido requisitado por setores da sociedade como algo necessário.

A centralidade dos saberes psicológicos não é aleatória. Como demonstrou Nicolas Rose (2008), a psicologia se constituiu como uma ciência social que encontrou seu espaço como uma técnica de regulamentação, um pretense conhecimento sobre as pessoas com o objetivo institucional de administrá-las, moldá-las, reformá-las. Esse é o caso em grande medida do uso que se faz da “ciência social” psicologia, aplicada no campo de execução das *medidas socioeducativas*.

Além do uso institucional, entretanto, alguns dos principais termos do vocabulário dos jovens das *quebradas* e do *crime* – *inteligência, mente, consciência, atitude* – também foram difundidos nas últimas décadas pela psicologia. No transcorrer de toda a tese, o *domínio do mental* – as *zonas de contato* formadas pelo *encontro de mentes* (de jovens das *quebradas* que são “do *crime*” com outros que assim não se identificam) e pelo *choque de mentes* (do *socioeducativo* com as perspectivas dos jovens atendidos) – revelou-se como o ponto de ancoragem simbólico dos *mecanismos biopolíticos* disparadas pelo *dispositivo das drogas* nos territórios estudados.

No discurso do *socioeducativo*, o *domínio do mental* (ou saúde mental) é, de um lado, organizado a partir da elaboração de diagnósticos que procuram identificar qual é o problema de natureza humana que leva o jovem a praticar atos ilícitos e, de outro, é elaborado por meio de mecanismos para conhecer e domar a “*mente criminal*”, com o intuito de demonstrar a competência da gestão das vidas e a diminuição dos custos sociais da criminalidade. A busca por delinear perfis e compreender comportamentos humanos está no cerne da corrida para se evitar a *reincidência*.

Em outra parte da fronteira – no “mundo do crime” – a noção de *mente* possui significados específicos que se cruzam com o do *socioeducativo*. Inteligência, sagacidade, capacidade comunicativa, astúcia, opinião, proceder, “sangue nos olhos” (coragem), objetivos concretos, palavra-ação; a *mente* é o que permite ler a complexidade do contexto do tráfico, um negócio de alto risco econômico e pessoal. Por meio do desempenho de uma fusão de racionalidade prática de gestão da vida cotidiana com a coordenação da palavra e a capacidade de ação, a *mente criminal* se fixa nas *quebradas* como um exemplo de realização no mundo, como um *modo de vida*. As “caminhadas” diferentes daquela do “crime”, a de “manos da periferia”, sintonizam-se também com as



condutas e procedimentos comunicados pelos membros do PCC às *quebradas* na medida em que estas ajudam a pacificar e tornar mais próspera a região. A consciência de jovens das *quebradas* e não do *crime* – educadores, rappers, orientadores de *medidas socioeducativas* – se estabelece como a inteligência de lidar com as adversidades da *vida loka* das *quebradas*, reconhecer e interpretar a realidade e, assim, ser capaz de se relacionar com as diversas “leis” (modos de regulação) – a do estado, a do crime, a das ruas – que permeiam a vida cotidiana. Em síntese, as *zonas de contato* entre o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo* são mediadas por conflitos que elegem o *domínio do mental* como principal foco.

No ambiente do tráfico, a expressão “*ter uma mente*” sintetizou o atributo daquele que se apresenta como um “ladrão considerado”. Nos contextos locais do tráfico, a noção de *mente* remete a, pelos menos, duas caracterizações: uma racionalidade instrumental voltada tanto para a resolução de situações concretas da vida cotidiana quanto para o alcance de objetivos pessoais de ordem material; o autocontrole emocional ao se passar por experiências liminares, como a da prisão (sistema carcerário) ou internação (*sistema socioeducativo*).

No primeiro caso, a expressão “*ter uma mente*” significa possuir um objetivo material ou social concreto, e conseguir alcançá-lo por meio de uma gestão adequada dos recursos e dos riscos. As atividades do tráfico envolve uma capacidade de análise de um ambiente de mercado. A manifestação da *mente* é uma forma de racionalidade específica: um conhecimento-meio que busca obter verdades factuais sobre relações sociais e mercantis; e um conhecimento-fim, que desenvolve estratégias de realização pessoal e social, maximizando lucros e minimizando riscos por meio de condutas, ou procederem. A *mente* remete a capacidades de iniciativa de cada indivíduo, desenvolvido segundo o marco da psicologia da empresa (Rose 2008): a *mente* se coaduna bem aos saberes elaborados no marco da “psicologia da empresa” (Rose 2008); ela encoraja as pessoas a se conduzirem com ousadia e vigor, a usarem o cálculo para sua própria vantagem, para guiá-las rigorosamente e a aceitar riscos na busca dos objetivos.

No segundo sentido dado ao vocábulo *mente* entre traficantes, ele se refere a percepções da realidade, autocontrole das emoções, concepções e manipulação racional, em situações de extremo controle e pressão, particularmente no cárcere, mas também nas situações de sofrimento comuns à vida cotidiana dos moradores das *quebradas*. Para lidar com o limiar da prisão, a *mente* torna-se uma qualidade diferenciadora – valorizadora –

dos indivíduos. Os relatos da prisão a situam como uma “experiência limite”, em que apenas o *controle mental* pode manter o sujeito *são*.

A experiência prisional nos territórios estudados não se constituiu em algo apartado do cotidiano; é antes uma experiência conectada com ele: as histórias dos jovens nas prisões tornam-se crônicas do cotidiano e da própria história da *quebrada*, principalmente para os mais jovens. A *quebrada* incorpora a prisão como um de seus componentes descritivos, de autorreferência. A técnica do “debate” é um mecanismo do PCC para o exercício da *mente*: lidar com uma vida incerta e saber escolher em um universo em que as leis públicas possuem legitimidade precária, abrindo espaço para a construção de um “poder paralelo” que advoga o direito à vida.

A *mente* é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas em que as ações se efetuam. O que revela a “inteligência” no interior da prática do “debate” é principalmente uma capacidade de articulação da fala, de mediação pela retórica e da habilidade de fazer o interlocutor cair em contradição; capacidade de “blindar a própria mente” e “entrar na mente do outro”, um *jogo de forças*, modos de defesa da própria *mente*, envolvido em situações concretas que expõe os vínculos entre “ladrões” (Marques 2009). A *mente* se expressa como locução em ato e as suas consequências em termos de prestígio e poder. O *jogo de forças* da disputa de *mentes* situa, a meu ver, uma versão nativa, no *crime* e reconhecida pelos jovens da *quebrada*, do que seja a inteligência para um trabalhador do tráfico.

A importância da palavra para o exercício da *mente* é conjugada com a incorporação de saberes, técnicas e táticas nas práticas cotidianas nas dobraduras do tráfico de drogas. Além da fala, observa-se nas interações entre os jovens a corporificação da *atitude* e do *proceder*; nos olhares, balanços de corpo, estilos de roupa e acessórios, atitudes em “debates” e debates. A palavra é ação combinada com o “domínio do sensorial”, a corporificação da *lei das ruas*: o desenvolvimento e a performance de *atitude* e/ou *proceder*.

As interpretações de meus principais interlocutores sobre a diminuição da violência fatal nas *periferias* apontam para o fato de que esta pacificação das *quebradas* pode ser frágil e transitória. Entretanto, elas estão amparadas em um complexo processo de negociação e de trocas entre pessoas de diferentes segmentos da micropolítica local e, por isto, estão amparadas não apenas na “lei do crime”; existe nas *quebradas* outro modo de regulação (*lei das ruas*) que também sustenta a interdição do homicídio. A atual

posição da “*mente criminal*” – a do PCC, de interditar o homicídio – segundo minha análise não é alimentada exclusivamente pela lógica interna ao *crime*.

Revela-se um cenário imprevisto de sofrimento e de possibilidades humanas nas jovens gerações das periferias paulistas. Se a *vida é loka* – incerta e imponderável – é preciso “*ter mente e consciência*” para lidar com ela. Jovens das *quebradas* desenvolvem uma *mente* para lidar com a “*lei das ruas*” e com as “leis do crime”; aprendem também a compreender “o lado certo do errado”, aqueles procederes considerados corretos no *crime* e, em alguns casos, em consonância com a ética das *quebradas*. Em certo sentido, dividem a situação de estar de passagem pela vida e simultaneamente ter que lidar com a constante ameaça da violência; nos bairros das periferias grande parte dos jovens experimentam uma *vida loka*.

A análise das trajetórias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas revelou a tensão entre a visão normativa do diagnóstico dos adolescentes e a perspectiva dos jovens que procuram se firmar na *mente* para lidar com os desafios concretos de sua vida cotidiana – a experiência incerta, dinâmica, arriscada da *vida loka*. O uso institucional da linguagem cognitiva e comportamental da psicologia e o recurso dos adolescentes à expressão “*ter uma mente*” configuram-se em um campo de disputas simbólicas entre o Estado e o *crime*, indicando a *vida* como fronteira e *interface* entre saberes e poderes.

As reações emocionais dos adolescentes são monitoradas por técnicas “psi”, para que se possa *saber* a “verdade interna” e *intervir* para protegê-los de seu potencial de *reincidência*. Os relatórios técnicos se voltam para o delineamento dos traços de personalidade e de caráter no sentido de caracterizar o perfil e antecipar a possível *reincidência* (ou não) do ato infracional. O *domínio do mental* é, hoje, um campo primordial para a execução de *medidas socioeducativas*; a saúde mental ganha terreno no *sistema socioeducativo* e a “questão das drogas”, em sua multiplicidade de agenciamentos, é o principal ponto da irradiação dessa área da Saúde Pública.

Ao entrarem no *sistema socioeducativo* pelo delito tráfico de drogas, os adolescentes são apreendidos em uma faceta do *dispositivo das drogas* que considera o “mundo das drogas” como o “mundo do crime”, e, em alguns casos, como o “mundo da dependência”. Associado ao “problema das drogas”, todo universo simbólico dos jovens é identificado como um “mundo de patologias” que deve sofrer a *intervenção socioeducativa*. Esse “mundo de patologias” é combatido no indivíduo, particularmente

na “*mente*” do indivíduo: o jovem deve mudar seus valores, seu estilo de vida, suas inclinações, ficar com a “cabeça boa”. O *socioeducativo* entra em *choque* com a mente do adolescente ao desconsiderar o que *eles consideram* inteligência; não se estabelecem processos comunicacionais de tradução entre o discurso técnico científico do *socioeducativo* e o “marco discursivo do crime”.

No *socioeducativo*, o problema da drogadição extrapola os problemas diagnosticados como “dependência química” e se amplia para todos os adolescentes em cumprimento de *medidas socioeducativas* que fazem uso de qualquer substância psicoativa ilegal. O alargamento do “marco discursivo do crime” entre os jovens da *quebrada* é facilitado pela indistinção entre “mundo das drogas” e “mundo do crime”.

Os jovens traficantes possuem diversidades que escapam dos padrões de esquadramento do *socioeducativo*. O uso de psicoativos também é uma expressão de escolhas e pode até ser um meio de demonstração de autocontrole. A relação com as drogas como parte intrínseca da *vida loka* não se refere à “loucura” como efeito farmacológico. A experimentação de estilos marginais e uso de drogas posiciona os jovens em experiências coletivas, sensoriais: as festas e os bailes. Nestes eventos uma multiplicidade de encontros; “espaço-tempo reservado a micropolítica de alianças, reservado à composição do campo de afecções de cada indivíduo” (Barbosa 2006). Os jovens das *quebradas* incorporam por meio destas práticas a *lei das ruas* e apreendem o *dialeto da vida loka*.

A *mente* dos adolescentes tem referências diversas da visão sobre “sanidade” e “vida saudável” corrente no *socioeducativo*. Ao participarem do tráfico de drogas em suas *quebradas*, jovens são influenciados por um “marco discursivo” que tem na sigla PCC o nó de sua delimitação e difusão nos dias atuais. O modelo de racionalidade de gestão dos negócios do tráfico – que envolve empreendedorismo, flexibilidade, adesão à “firma” – está conjugada com a incorporação da vida como valor dominante das relações políticas dos traficantes com seus vizinhos. A diminuição dos homicídios e a importância do tráfico na economia local fazem do negócio das drogas um campo que, lido pela *mente*, não aparta o jovem trabalhador do tráfico de seus pares geracionais.

O *sistema socioeducativo* não tem ferramentas para avaliar a *mente*, no sentido nativo a ela dado pelos interlocutores da pesquisa. A *mente*, para eles, não se enquadra em um perfil médio, localizado por sintomas ou trajetórias de vida. A *mente* define-se na escolha; ela é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas

em que as ações se efetuam. Há no entanto um ponto de convergência entre as mentes – *socioeducativa*, do *crime* e da *quebrada*: a coincidência de contrários, a zona de contato que pode ser vista no "self empreendedor" que todos proclamam em alguma situação. Como demonstrou Rose (2008), o "self" foi construído pela abordagem da psicologia da empresa, capilarizando até os indivíduos, preenchendo nas últimas décadas as mentalidades com a aspiração da autonomia. Assim, cada indivíduo, segundo esse paradigma, deve esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na terra, interpretando sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual, enfim, encontrando significado na existência ao moldar sua vida através de escolhas (Rose 2008).

A única possibilidade de lidar com o imponderável da vida é o autocontrole – que se expressa na noção de *mente*. Argumentei que a *mente*, portanto, é o instrumento de elaboração de modos subjetivos de lidar com as incertezas da vida comum às experiências profissionais de diversos jovens dos territórios em que realizei pesquisa de campo. Os conteúdos de uma *mente* "sã" são compartilhados entre jovens vizinhos, de maneira intersubjetiva. Posicionar-se com uma *mente* é sempre uma formulação pessoal, mas a elaboração da *mente* em linguagem é compartilhada pelos pares geracionais de um bairro da periferia de São Paulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *vida loka*, em seu sentido mais amplo, constitui-se em um conjunto de interpretações sobre a própria normatividade da vida. A *mente*, portanto, é acionada de acordo com as situações de vida. A vida oferece desequilíbrios, conflitos, batalhas, ela não é a harmonia – estado completo de bem estar como apregoa o modelo ideal da Organização Mundial de Saúde. Na perspectiva de meus interlocutores, a vida – *loka* – está mais de acordo com a abordagem apresentada por Canguilhem (2010). Como destaca Rabinow, na obra de Canguilhem: "Razão e vida não se opõem: estão interconectadas, mas nenhuma controla a outra" (Rabinow 2002, p.129). A vida é por si própria uma atividade normativa. Neste ponto, epistemologias da ciência se cruzam com epistemologias *das quebradas* e com a discussão desta etnografia. "A vida, seja qual for a sua forma, implica em autopreservação através de auto-regulação" (Canguilhem apud Rabinow 2002, p.128).

A *vida loka* mantém latente a possibilidade de um “distúrbio da *mente*”. Como a *vida loka* se refere a considerações da vida humana, em que tudo pode mudar a qualquer momento, acontecimentos podem acionar uma rede de eventos até certo ponto incontroláveis. A *vida loka* indica os limites do possível. Quando a capacidade mental de pensar e de tomar decisões conscientes se inviabiliza por determinada conjuntura, quando ela se torna ineficaz, a *mente criminal* pode se voltar à violência física, ao não pensar, ao exercício da força (a)política mais rudimentar.

Sob tal hipótese, o que mantém o fio tênue da interdição dos assassinatos é a possibilidade da elaboração e do compartilhamento de teorias nativas sobre a vida e sobre o exercício do poder de “deixar” viver. Referir-me à *vida loka*, a partir da mediação que realizo como antropólogo, significa considerar que o conteúdo da tese é circunstancial. Entretanto, sustento meu texto ao transmitir o legado de que a experiência de jovens nas dobraduras do tráfico de drogas é mais complexo do que a “guerra às drogas” permite observar. As dinâmicas acionadas pelo choque político nas zonas de contato, na *quebrada*, entre o *crime* e o *socioeducativo* complexificam o debate – polarizado entre uma falsa oposição – “crime” versus “sociedade”.

## BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, A. R. O baile e a prisão – onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, Rio de Janeiro, v.9, n.15, p. 95-118 jan./jun., 2006.

BIONDI, K. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DAS, V. e POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**: Buenos Aires: UBA nº 27, p. 19-52, 2008.

DELEUZE, G. Que es um dispositivo? In Balbier, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

FELTRAN, G.S. **Fronteiras em tensão**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Campinas, São Paulo, 2008

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade. A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal.2001.

\_\_\_\_\_, **Nascimento da biopolítica.** *Curso dado no Collège de France (1978-1979)* São Paulo: Martins Fontes 2008a.

\_\_\_\_\_, **Segurança, território e população.** *Curso dado no Collège de France (1977-1978)*, São Paulo, Martins Fontes. 2008b.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro:** um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

RABINOW, P. **Antropologia da Razão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2002.

REICHENHEIM et. al. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **The Lancet Série “A saúde dos brasileiros”** publicado on line em maio de 2011, acessado em <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p.155-164, 2008.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.